



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

04/12/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Setor privado puxa alta de 0,6% do PIB no 3º trimestre

Investimentos sobem 2% no período; crescimento de 2018 é revisado para cima

O PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre cresceu 0,6% em relação aos três meses anteriores e chegou a R\$ 1,842 trilhão, informou ontem o IBGE.

Boa parte desse resultado deve-se aos investimentos do setor privado, que subiram 2%. O consumo das famílias aumentou 0,8%, ao passo que as despesas do governo recuaram 0,4%.

Apesar do desempenho positivo, a taxa trimestral ainda está 3,6% abaixo do pico da série, atingido no primeiro trimestre de 2014.

O PIB está no mesmo patamar registrado no terceiro trimestre de 2012, tendo se recuperado 4,9% desde que alcançou seu ponto mais baixo, no quarto trimestre de 2016, em meio à recessão econômica.

Para a coordenadora de Contas Trimestrais do IBGE, Rebeca Palis, o cenário atual demonstra uma melhora “mais ou menos contínua, mas não muito acelerada”.

O instituto também divulgou novos números do PIB de 2018, revisado de 1,1% para 1,3%. O principal fator da mudança foi a agropecuária, que passou de alta de 0,1% para 1,4%. Mercado A19 a A21

Fonte do Clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 04/12/2019

### Previdência privada cresce 35% no 3º trimestre

Os investimentos em previdência privada cresceram 35,4% no terceiro trimestre sobre igual período de 2018. Os aportes somam R\$ 34,2 bilhões, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

Fonte: Jornal A Tribuna – 04/12/2019

### Senado aprova nova aposentadoria militar

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou nesta terça-feira (3) o projeto de lei que reestrutura as carreiras e reforma o sistema previdenciário dos militares. O PL 1.645/2019 segue agora para o Plenário. Se aprovado sem alterações, segue para sanção presidencial. A proposta que altera as regras da Previdência das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros nos estados tem várias vantagens em relação aos trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada e servidores públicos, entre elas, não têm obrigatoriedade de cumprir de idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para requerer a aposentadoria. Hoje, a idade para aposentadoria dos militares varia de 44 a 66 anos, dependendo do posto ou graduação. O PL 1.645/2019 eleva essa idade para 50 a 70 anos, o que permitirá que os militares de todas as patentes passem mais tempo na ativa, se quiserem. Quando se aposentarem, os militares receberão o mesmo valor do último salário (integralidade) e os reajustes serão iguais aos dados ativos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 04/12/2019

## Projeto permite que empregador parcele o 13º salário em 12 vezes

O Projeto de Lei 5337/19 permite que o empregador, mediante acordo formal com o empregado, parcele o 13º salário em até 12 prestações. A proposta está sendo analisada pela Câmara dos Deputados.

Para o autor do projeto, deputado Lucas Gonzalez (Novo-MG), o pagamento do 13º em duas prestações, como previsto na legislação atual, “onera em demasia o empregador”. “Em muitos casos, o número de vendas não aumenta proporcionalmente nesta fase do ano, o que provoca um desequilíbrio das contas da empresa”, disse. A proposta altera a Lei 4.090/62, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores. Pelo texto, nos casos em que o empregador não houver completado um ano de trabalho, o 13º poderá ser dividido pelo número proporcional de meses trabalhados. Os descontos previdenciários e de imposto de renda deverão ser recolhidos mensalmente, quando o trabalhador optar pelo adiantamento.

### Tramitação

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Proposta que altera a lei de cotas para contratação de deficientes recebe críticas em audiência

Enviada pelo governo federal no dia 26 de novembro, a proposta (PL 6159/19) que flexibiliza a lei de cotas (Lei 8213/91) foi criticada na Câmara por deputados e pessoas ligadas à defesa das pessoas com deficiência.

Há 28 anos a lei determina que empresas com mais de 100 funcionários mantenham percentual em seus quadros para a contratação de pessoas com deficiência. Esse percentual varia de 2% a 5%, dependendo do tamanho da empresa. Na proposta do governo, há duas formas alternativas à contratação de trabalhadores com deficiência. Uma é a contribuição em dinheiro para a União, que vai usar esses recursos para ações de habilitação e reabilitação. A outra forma é unir duas ou mais empresas para que, juntas, elas possam alcançar o coeficiente de contratação previsto na lei.

A Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência da Câmara realizou audiência pública nesta terça-feira (3) para discutir a avaliação biopsicossocial, critério para definir grau de deficiência, mas representantes de entidades ligadas à defesa das pessoas com deficiência aproveitaram a ocasião para protestar contra o projeto do governo.

### Fim das contratações

O presidente da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Anápolis, Hélio Lopes, esteve presente na reunião e criticou a proposta, afirmando que ela vai acabar de vez com as chances de pessoas com deficiência se inserirem no mercado de trabalho. “Certamente as grandes empresas deixarão de contratar os nossos deficientes, fazendo a opção de pagar o valor dobrado para enriquecer o caixa do governo, e é isso que nós somos contrários e viemos aqui para expressar isso para os nossos deputados”, disse Lopes.

Antes da audiência, em reunião de líderes, foi feito um acordo para a retirada da urgência da proposta, o que para o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) vai dar mais fôlego para que as entidades se organizem e tentem derrubar o projeto. Segundo Barbosa, a lei de cotas foi construída com o empenho dos parlamentares e das entidades representativas dos deficientes, e não pode ser modificada de uma hora para outra, como pretende o governo. “Não dá para aceitar que o governo faça uma proposta dessas sem sequer discutir previamente com o segmento das pessoas com deficiência e com os parlamentares envolvidos na área. Era pelo menos um bom senso se isso pudesse ter acontecido antes”, disse o deputado.

Lei mais: Agência Câmara - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>